

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Custo da dívida sobe mesmo com Selic estável

Veículo: DCI

Data: 30.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.dci.com.br/servicos/custo-da-divida-sobe-mesmo-com-selic-estavel-1.735539>

CONTAS FEDERAIS



Custo da dívida sobe mesmo com Selic estável

DCI •

Publicado em 28/08/18 às 05:00

A taxa básica de juros (Selic) está estável em 6,50% ao ano desde a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de 21 de março, mas o custo médio da dívida pública federal só aumentou desde então.

Na passagem de março para abril, o custo médio total (gasto com juros) da dívida acumulado em 12 meses subiu de 9,75% para 9,89% ao ano, e seguiu avançando para 10,04% em maio, 10,31% em junho e 10,49% ao ano em julho, indicou relatório da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Segundo especialistas consultados pelo DCI, esse aumento se explica principalmente por dois fatores: a exigência dos investidores por prêmios maiores em títulos prefixados (LTNs e NTN-Fs) e de inflação (NTN-Bs) na dívida interna por causa das incertezas fiscais e políticas; e a disparada do dólar motivada por questões internacionais (política monetária nos Estados Unidos e guerra comercial) que influenciam nos custos do endividamento externo.

“O dólar também está subindo por causa do cenário eleitoral indefinido. E até 2020, 2021 não teremos superávit primário nas contas públicas, que é a economia para pagar os juros. O problema não é agora, mas nessa trajetória ascendente da dívida para o médio e longo prazo”, argumenta o economista-chefe da Spinelli Corretora, André Perfeito.

A professora de economia da Fecap Juliana Inhasz prevê alta da Selic na última reunião deste ano do Copom, para 6,75% ou 7% ao ano. “Passada a eleição, um leve aumento da Selic é factível. É o governo precisando se financiar”, diz. “Os credores enxergam que o ambiente é muito arriscado. É um governo que sempre precisa de mais recursos. O mercado cobra mais, e o Tesouro cede.” **PÁGINA 3**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: BNDES confirma leilão de três distribuidoras

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 29.08.18

Caderno: Economia

Página: A6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

BNDES confirma leilão de três distribuidoras

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) confirmou para amanhã (30) a realização do leilão de três distribuidoras da Eletrobras. Serão leiloadas as distribuidoras Eletroacre (Companhia de Eletricidade do Acre), Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia) e Boa Vista Energia, distribuidora de energia em Roraima.

Em comunicado relevante divulgado hoje (29), o banco, responsável pelo processo, disse que após análise dos documentos apresentados pelas empresas interessadas nas distribuidoras, foram atendidos os requisitos para a realização do certame.

Os lances viva-voz e a posterior abertura do envelope de habilitação ocorrerão às 15h, na B3, bolsa de valores, em São Paulo.

No último dia 17, o BNDES alterou o cronograma de realização do leilão de venda e reagendou para o dia 26 de setembro o leilão da empresa Amazonas Energia (Amazonas Distribuidora de Energia).

Já o leilão da Ceal (Companhia Energética de Alagoas) continua suspenso devido a uma decisão judicial. Uma decisão judicial do ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), impediu a venda da companhia, após ação movida pelo governo de Alagoas.

Durante a sessão pública desta quinta-feira (30), serão abertas as propostas econômicas apresentadas pelos investidores interessados. Será possível também realizar lances por viva-voz. As distribuidoras serão vendidas pelo valor simbólico de R\$ 50 mil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Connected Smart Cities propõe debate para envolver governos e empresas na formação de cidades inteligentes

Veículo: CBIC Hoje

Data: 29.08.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter


Página: On-line

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-29.08.2018.pdf>

***Connected Smart Cities* propõe debate para envolver governos e empresas na formação de cidades inteligentes**




O *Connected Smart Cities* debaterá nos dias 4 e 5 de setembro, no Centro de Convenções Frei Caneca, em São Paulo, como envolver governos e empresas na formação de cidades humanas, inteligentes e sustentáveis. O evento é destinado a prefeituras, secretarias, gestores públicos federais, estaduais e municipais, empresários, engenheiros, arquitetos, urbanistas, advogados, consultores, planejadores, universidades, *startups*, investidores, construtoras, fundos de investimentos, bancos financiadores e demais atores que estejam comprometidos com o desenvolvimento de cidades inteligentes.



A fim de promover o desenvolvimento da cidade, para que elas atinjam um novo patamar na escala de desenvolvimento nos próximos dez anos, o evento mostrará como envolver esses atores para encontrar o DNA de inovação e melhorias a fim de possibilitar a formação de cidades mais inteligentes e conectadas umas com as outras, independente de seus portes e tamanhos. Serão abordados temas como: urbanismo sustentável nas cidades, mobilidade e acessibilidade, cidades conectadas, cidades participativas, cidades prósperas, cidades resilientes e cidades empreendedoras, cada um com seus próprios eixos temáticos.

Durante o evento será apresentado o “*Ranking Connected Smart Cities 2018*”, com as cidades mais inteligentes e com maior potencial de desenvolvimento no Brasil, de acordo com indicadores desenvolvidos pela consultoria Urban Systems. Também serão realizadas simultaneamente palestras em quatro palcos diferentes – Morumbi, Penha, Lapa e Santana – e workshops. As inscrições podem ser realizadas até o dia 3 de setembro, no site do evento. **Clique aqui** para mais informações.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: CBIC e TCU discutem estudo sobre revisão de tópicos de acórdãos do TCU

Veículo: CBIC Hoje

Data: 29.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-29.08.2018.pdf>

CBIC e TCU discutem estudo sobre revisão de tópicos de acórdãos do TCU



O Grupo de Trabalho da Comissão de Infraestrutura (COP) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) com a Secretaria de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União (TCU) se reúne nesta quinta-feira (30/08), na sede do TCU, em Brasília, para apresentação e discussão do Estudo de Revisão de alguns tópicos de Acórdãos do TCU relativos a Orçamentos de Obras Públicas.

De acordo com o presidente da COP/CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge, dentre os tópicos que serão analisados para revisão, destacam-se: administração local; lucro; administração central; seguros e garantias; despesas financeiras e impostos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: CBIC participa de seminário sobre distrato na incorporação imobiliária e a segurança jurídica

Veículo: CBIC Hoje

Data: 29.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-29.08.2018.pdf>

CBIC participa de seminário sobre distrato na incorporação imobiliária e a segurança jurídica



“O Distrato na Incorporação Imobiliária e a Segurança Jurídica” é tema de seminário no próximo dia 31 de agosto, em Natal/RN, para especialistas, ministros, juizes, advogados, membros do Ministério Público e empresários do setor da construção. Realizado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Norte (Sinduscon-RN) e pela Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn), o evento, que contará com a participação do presidente da CII/CBIC, Celso Petrucci, será no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern).

O tema “A promessa de compra e venda e a jurisdição do Superior Tribunal de Justiça (STJ)” será abordado pelo ministro Luís Felipe Salomão (STJ), com a participação do ministro Ribeiro Dantas (STJ). “O Mercado Imobiliário, sua estruturação e funcionamento” será apresentado pelo presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC, Celso Petrucci, e contará com a presença do engenheiro Arnaldo Gaspar Jr. (Sinduscon-RN). Já “O Projeto de Lei que regulamenta a desistência do contrato de incorporação Imobiliária” será exposto pelo ministro Paulo de Tarso Sanseverino (SJT), com a participação do ministro Gurgel de Faria (STJ).

Informações e inscrições pelo e-mail eventos@sindusconrn.com.br

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Pesquisa da CNI mostra que otimismo do consumidor aumenta

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 30.08.18

Caderno: Economia

Página: A7

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Pesquisa da CNI mostra que otimismo do consumidor aumenta

O Inec (Índice Nacional de Expectativa do Consumidor) subiu 3,1% em relação a julho e alcançou 104,7 pontos em agosto, o maior nível desde maio de 2016, quando o Brasil ainda enfrentava a recessão. Com o aumento registrado neste mês, o Inec reverte a queda de 3,9 pontos verificada em junho frente a maio, logo depois da paralisação do transporte rodoviário de cargas. Mesmo assim, continua 2,8% abaixo da média histórica dos 107,7 pontos.

Os dados são da pesquisa divulgada hoje (29) pela CNI

(Confederação Nacional da Indústria). Esta edição do Inec foi feita em parceria com o Ibope e ouviu 2.002 pessoas em 141 municípios entre 16 e 20 de agosto.

Para o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, a melhora está associada à proximidade das eleições de outubro. “Os consumidores, que são os eleitores, esperam que o governo eleito melhore a situação da economia, o que terá um impacto positivo na vida das pessoas. Por isso, os brasileiros estão

mais otimistas”.

De acordo com a pesquisa, o aumento do otimismo dos brasileiros é resultado da melhora das perspectivas sobre a inflação, o emprego e a renda pessoal nos próximos seis meses. O indicador de expectativas sobre a inflação aumentou 3,2%, o de desemprego subiu 3,1% e o de renda pessoal cresceu 5,6% em relação a julho.

O índice de expectativa em relação a situação financeira aumentou 6,4% e o de endividamento cresceu 2,8% frente ao mês passado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Escala de preço do material asfáltico ameaça obras rodoviárias no País

Veículo: CBIC Hoje

Data: 29.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-29.08.2018.pdf>

Escalada de preço do material asfáltico ameaça obras rodoviárias no País



Reflexo da política de preços adotada pela Petrobras – única fornecedora de petróleo no País –, em novembro de 2017 o preço do material asfáltico aumentou em 12%, de uma só tacada. Logo em seguida, foi anunciada a decisão de manter reajustes mensais de 8%, com margem para chegar a 12%, se necessário. A ideia é que, uma vez superada a defasagem, o preço dos chamados ligantes asfálticos flutuaria de acordo com a cotação do dólar, em harmonia com o mercado internacional, e seguindo uma fórmula que inclui o frete do transporte marítimo e os demais custos de

internação da matéria-prima (tarifas portuárias, seguros, perdas etc). Enquanto isso, as construtoras têm de honrar os compromissos assumidos anteriormente. “Os contratos de obras públicas têm, por lei, direito ao reajuste de preço a cada 12 meses. Com aumentos mensais do asfalto nessa proporção, não houve contrato que conseguisse se manter equilibrado”, aponta Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (COP/CBIC).

Lima Jorge calcula que os produtos betuminosos respondam por até 40% do valor de uma rodovia nova. “Em obras de conservação ou restauração de pavimento, representam até 70% do custo. Então, realmente, é um peso considerável. Não dá para executar uma obra dessas no vermelho. Se você pegar o acumulado desde novembro de 2017 até hoje, estamos falando de um insumo que aumentou 65%”, ressalta. “A Petrobras não olhou para o mercado; olhou para o caixa da empresa”, lamenta.

“O que queremos é a aplicação única e exclusiva da lei. Tanto a Constituição quanto a Lei 8.666/93, de licitações, garantem que devem ser mantidas as condições inicialmente pactuadas entre as partes. A mesma lei diz expressamente que fatos imprevisíveis ensejam revisão contratual”, defende Lima Jorge. Segundo ele, as vias administrativas foram esgotadas. “Nós, da CBIC, do Sinicon e da Aneor, chegamos à conclusão de que vamos judicializar todos os contratos, ou seja, as empresas vão requerer na Justiça o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos”, garante.

(Com informações a CNT)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Como adequar uma empresa ao eSocial

Veículo: Assessoria de Imprensa Confirp
Consultoria Contábil

Data: 30.08.18

Caderno: Realease

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Como adequar uma empresa ao eSocial

Apesar do adiamento do eSocial das micro e pequenas empresas e MEIs, para novembro, essa nova obrigação veio para ficar e o ano de 2018 vem sendo determinante para a sua implantação. Fato é que desde o dia 1º de janeiro passou a valer para muitas das empresas do Brasil o projeto do Governo Federal de unificar o envio de informações pelo empregador sobre seus funcionários. Por isso, os impactos do eSocial na folha de pagamento são grandes.

Devem ir para o eSocial desde a admissão do funcionário até a sua demissão. "Por mais que em um primeiro momento a adaptação aparentasse ser bastante trabalhosa, a Confirp se preparou bastante para essa mudança, o que fez com que atendêssemos sem maiores dificuldades nossos clientes que possuem essa necessidade. O gargalo se concentra em um primeiro momento, por conta da grande quantidade de informações a serem inseridas no sistema", conta o gerente trabalhista da Confirp Consultoria Contábil, Fabiano Giusti.

O eSocial vale para todo mundo que contrata trabalhadores — empresas de todos os tamanhos, profissionais liberais, produtores rurais e patrões de empregados domésticos — que deverão seguir um cronograma de implantação. Todos agora têm que utilizar o sistema para registrar eventos que se referem às relações trabalhistas, o que inclui admissão, aviso prévio, desligamentos, licenças, remunerações e pagamentos.

As obrigações da informação em si não são novas, mas a forma a ser inserida é. Segundo Giusti, o eSocial obriga uma mudança cultural nas empresas. "Ações que eram comuns nas companhias terão de ser revistas. Um exemplo são os exames demissionais e admissionais e a entrega do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), que muitas empresas pediam para serem realizados depois da contratação. A partir de agora, o mesmo terá que acontecer com antecedência, senão não poderá ser efetivado o contrato".

Outro exemplo citado pelo especialista da Confirp são os casos de férias. "Atualmente, as empresas, em alguns casos, marcam férias dos colaboradores sem os trinta dias de antecedência exigidos por lei e agora, se fizerem isso, estarão sujeitos a multas".

O impacto também será na área de recursos humanos, como informa o sócio da Bazz Estratégia em Recursos Humanos, Celso Bazzola. "Inicialmente o impacto será na qualificação de documentos e dados. Após a implantação, a gestão se tornará mais cautelosa, porém mais assertiva. O grande desafio de RH é disseminar essas mudanças principalmente para os gestores, que terão o papel fundamental nas questões de seguir o que a lei sempre determinou e saber se planejar para atender tais exigências".

Bazzola explica que o sucesso da adequação passa pela organização das informações inseridas nos sistemas de folha de pagamento, onde não serão mais permitidos cadastros incompletos ou com falhas em digitação. É preciso haver uma comunicação eficiente entre RH e gestores, já que seguir as normas e os procedimentos atendendo os prazos se torna vital para que não haja problemas.

Impostos simplificados com o eSocial

Mas o eSocial não representa apenas dificuldades, o novo sistema traz uma grande vantagem ao eliminar declarações e formulários exigidos pela Caixa Econômica Federal, pelo Ministério do Trabalho e pela Previdência Social — como Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) e RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), entre muitos outros.

Como várias iniciativas recentes do Governo Federal (entre elas a própria figura do MEI e seu portal próprio), a criação do eSocial tem o principal objetivo de combater a sonegação. Com mais controle sobre as informações prestadas, a intenção do eSocial é garantir com mais força a concessão de direitos como abono salarial, benefícios previdenciários, FGTS e seguro-desemprego. Também gera impacto sobre outros itens:

- Contrato de experiência: será considerado contrato por prazo indeterminado assim que sejam passados 90 dias ou o período de experiência, independentemente de qualquer anotação na Carteira de Trabalho.
- Acidente de trabalho: qualquer acidente, resultando ou não no afastamento, também deve ser comunicado via eSocial.
- Cancelamento de aviso prévio: com o eSocial, ao comunicar o aviso prévio, o sistema passa a aguardar o envio do evento da rescisão ou do cancelamento do aviso prévio. Assim, as empresas precisarão ficar de olho nessa rotina.

Cuidados ao implantar

O eSocial se mostra uma realidade sem volta. Para as empresas, a orientação da Confirp e da Bazz é a busca por melhoria na qualidade das informações, e também muito cuidado na hora de fornecer os dados.

"A partir do momento em que for implementado o novo sistema, as informações irão diretamente aos órgãos competentes, que farão algo como uma fiscalização online dos dados, provocando ações corretivas ou punitivas, dependendo do caso e se houver reincidência. Portanto, estar qualificado, atender aos prazos e ter assertividade nos controles são ações que mantêm a empresa em situação regular", finaliza Celso Bazzola.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Índice de Confiança Empresarial fica estável em agosto

Veículo: Agência Brasil

Data: 30.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-08/indice-de-confianca-empresarial-fica-estavel-em-agosto>

Índice de Confiança Empresarial fica estável em agosto

Publicado em 30/08/2018 - 09:50 Por Nielmar Oliveira - Repórter da Agência Brasil 📍 Rio de Janeiro

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) ficou praticamente estável em agosto, ao variar 0,1 ponto e alcançar 91,6 pontos. O indicador, divulgado hoje (30) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), consolida os índices de confiança dos quatro setores incluídos nas sondagens empresariais produzidas pela FGV: indústria, serviços, comércio e construção.

Dos subíndices que formam o indicador, o da Situação Atual caiu 0,3 ponto em agosto ao atingir 89,6 pontos, mostrando piora na percepção dos empresários sobre o momento presente da economia.

Já o Índice de Expectativas (IE-E), que vinha em queda por dois meses consecutivo, subiu 0,5 ponto alcançando 98,1 pontos. "Em ambos os casos, torna-se evidente que a tendência de elevação da confiança que vinha ocorrendo desde o início do ano passado perdeu fôlego ao longo do primeiro semestre", avalia a FGV.

A maior queda no mês, entre os subíndices setoriais, foi a do Índice de Confiança da Construção, que recuou 1,6 ponto e continua apresentando o pior resultado entre os quatro setores.



*O Índice de Confiança da Construção recuou 1,6 ponto -
Antônio Cruz/Agência Brasil*

Pelo segundo mês consecutivo, a variação positiva do Índice de Confiança de Serviços, que subiu em agosto 1,5 ponto, exerceu a maior contribuição para a alta do índice agregado. O Índice de confiança do Comércio avançou 1,1 ponto, enquanto o da Indústria caiu 0,4 ponto.

Para o superintendente em Estatísticas Públicas da FGV, Aloisio Campelo Jr., a lenta evolução da economia vem provocando desânimo entre os empresários. "No bimestre julho-agosto, a confiança empresarial recuperou apenas um dos quatro pontos perdidos no trimestre anterior. Ao estacionar em um patamar baixo, estes indicadores sugerem que a economia continua evoluindo muito lentamente, provocando desânimo no meio empresarial e afetando as expectativas."

Para ele, esta situação dificilmente vai melhorar antes do fim do processo eleitoral. "Diante de um quadro de incertezas internas e externas, é difícil imaginar que a confiança suba de forma consistente até o final de outubro, quando termina o período eleitoral."

Apesar da estabilização do índice de confiança entre julho e agosto, houve alta da confiança em 51% dos 49 segmentos que integram o ICE. Considerando-se médias móveis trimestrais, a proporção de segmentos em alta aumentou pelo segundo mês consecutivo, para 47% do total.

Para a edição de agosto de 2018, foram coletadas informações de 4.964 empresas entre 1º e 24 de agosto.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Juro no menor nível desde 2016

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 29.08.18

Caderno: Economia

Página: A7

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Taxa do cheque especial chega a 303,2% ao ano em julho, segundo dados do BC (Banco Central)

Juro no menor nível desde 2016

A taxa de juros do cheque especial caiu em julho, de acordo com dados do BC (Banco Central) divulgados ontem. A taxa chegou a 303,2% ao ano, com redução de 1,7 ponto percentual em relação a junho. Essa é a menor taxa desde março de 2016, quando estava em 300,8% ao ano.

Na comparação com julho de 2017, houve redução de 18,1 pontos percentuais na taxa do cheque especial.

As regras do cheque especial mudaram em julho. Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), os clientes que utilizam mais de 15% do limite do cheque durante

30 dias consecutivos passaram a receber a oferta de um parcelamento, com taxa de juros menor que a do cheque especial definida pela instituição financeira.

O chefe adjunto do Departamento de Estatísticas do BC, Renato Baldini, disse que a redução na taxa do cheque especial ainda não deve estar relacionada às mudanças definidas pelos bancos, mas está seguindo o ritmo de recuo dos últimos meses. Entretanto, para Baldini, a medida gera a certeza que "o saldo devedor não vai permanecer por muito tempo".

"De fato, deve haver redução do risco dessa modalidade e levar à redução da taxa de juros, mas isso deve ocorrer de forma gradual", disse.

A taxa média do rotativo do cartão de crédito também caiu, chegando a 271,4% ao ano, com redução de 20,4 pontos percentuais em relação a junho. A taxa média é formada com base nos dados de consumidores adimplentes e inadimplentes.

No caso do consumidor adimplente, que paga pelo menos o valor mínimo da fatura do cartão em dia, a taxa chegou a 252,1% ao ano em julho, com redução de 9 pontos percentuais em relação a junho.

Já a taxa cobrada dos consumidores que não pagaram ou atrasaram o pagamento mínimo da fatura (rotativo não regular) caiu 28,1 pontos percentuais, chegando a 285,2% ao ano.

O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. O crédito rotativo dura 30 dias. Após esse prazo, as instituições financeiras parcelam a dívida.

Em abril, o CMN (Conselho Monetário Nacional) definiu que clientes inadimplentes no rotativo do cartão de crédito passem

Taxa média do rotativo do cartão de crédito também caiu, chegando a 271,4% ao ano, com redução de 20,4 pontos

JUROS

DADOS DE JULHO/18

CARTÃO DE CRÉDITO

Taxa média ao ano, em %, em 2018



CHEQUE ESPECIAL

Taxa média ao ano, em %, em 2018



FONTE | Banco Central

© INFOGRAFIA

a pagar a mesma taxa de juros dos consumidores regulares. A regra entrou em vigor em junho deste ano.

Mesmo assim, a taxa final cobrada de adimplentes e inadimplentes não será igual, porque os bancos podem acrescentar à cobrança os juros pelo atraso e multa.

Ao ser perguntado sobre o aumento dos juros para os clientes adimplentes em junho (subiu de 242,6% para 261,1% ao ano), Baldini disse que essa medida não teve o objetivo de reduzir os juros, mas seguir recomendações do Ministério Público de eliminar a diferença de juros para consumidores que pagam em dia e os que atrasam. "A medida não foi proposta com intenção específica sobre a taxa de juros dessa modalidade, mas para seguir algumas recomendações do Ministério Público", destacou.

Modalidades caras

Apesar da redução das taxas do rotativo do cartão e do cheque especial, essas modalidades de crédito são as mais caras entre as oferecidas pelos bancos. A taxa do crédito pessoal, por exemplo, é mais baixa: chegou a 118,5% ao ano, em julho, com aumento de 3,8 pontos percentuais em relação a junho. A taxa do crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) ficou praticamente estável, com a redução de 0,1 ponto percentual, chegando a 24,9% ao ano, em julho.

A taxa média de juros para as famílias caiu 1,1 ponto percentual para 52% ao ano, em julho. A taxa média das empresas subiu 0,4 ponto percentual: agora é de 20,6% ao ano.

Inadimplência

A inadimplência do crédito, considerados atrasos acima de 90 dias, para pessoas físicas, permaneceu em 5%. No caso das

para pessoas jurídicas, houve queda de 0,3 ponto percentual para 3,4%. Esses dados são do crédito livre em que os bancos têm autonomia para aplicar dinheiro captado no mercado.

No caso do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural e de infraestrutura) os juros para as pessoas físicas caíram 0,2 ponto percentual para 7,8% ao ano. A taxa cobrada das empresas subiu 0,3 ponto percentual para 9,2% ao ano. A inadimplência das pessoas físicas permaneceu em 1,9% e das empresas chegou a 1,4%, com redução de 0,2 ponto percentual.

Em julho, o saldo de todas as operações de crédito concedidas pelos bancos ficou em R\$ 3,125 trilhões, com recuo de 0,2%, no mês e crescimento de 1,1%, no ano. Em 12 meses, a expansão chegou a 2,4%. Esse estoque de crédito corresponde a 46,4% de tudo o que o país produz - PIB

(Produto Interno Bruto), com redução de 0,4 ponto percentual em relação a junho.

Baldini avalia que o crédito manteve a tendência de recuperação, em julho, embora tenha havido redução no saldo no mês. Segundo ele, esse recuo é característico do período (sazonal), gerado pela redução de empréstimos às empresas, como antecipação de faturas de cartão de crédito, recebíveis e duplicatas.

Para Baldini, "o mercado de crédito tem apresentado condições favoráveis à recuperação", com taxas de juros em "patamares relativamente baixos", acompanhando as reduções da Selic (taxa básica de juros). Outros fatores citados por ele foram os "níveis de inadimplências historicamente baixos", redução do endividamento das famílias e recuperação gradual da economia. "Porém existem fatores de incertezas no país e o fator eleitoral é o mais importante nesse momento".

Foto: Walter Mendes/Agência JBC



Taxa do cartão de crédito também registrou redução

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Apenas 25

Veículo: D24AM

Data: 29.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/apenas-25-construtoras-estao-certificadas-para-receber-recursos-publicos-no-am/>

ECONOMIA

Publicado em 29 de agosto de 2018 às 18:39

Apenas 25 construtoras estão certificadas para receber recursos públicos, no AM

Certificação do PBQP-H é obrigatória para empresas que queiram firmar contratos com o poder público ou receber financiamento em algumas instituições financeiras

Com informações da assessoria / redacao@diarioam.com.br



Manaus – O Amazonas tem aproximadamente 3 mil empresas cadastradas como sendo da área da construção civil e, desse total, apenas 25 construtoras estão certificadas pelo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), do Ministério das Cidades. O programa é pré-requisito para empresas que firmam contratos com o poder público ou que queiram financiamento de bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal (CEF).



apenas 25 construtoras estão certificadas pelo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), do Ministério das Cidades. (Foto: Sandro Pereira/Diário do Amazonas)

Conforme o consultor de empresas João Luis Bezerra, da Eetika Capacitação Profissional, em 2015, o número de construtoras certificadas pelo programa passava de cem, no Amazonas. O PBQP-H é um conjunto de ações desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação, com o objetivo de organizar o setor de construção civil em torno da melhoria da qualidade das obras de habitação e da modernização produtiva. O programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, exige construtoras que seguem comprovadamente o PBQP-H.

“A ideia da certificação é exatamente garantir que a empresa construtora seja organizada e consiga gerar resultados com a certificação. Alguns órgãos públicos, principalmente federais, exigem nas licitações a certificação. Alguns bancos exigem o certificado na hora de liberar a verba para que o cliente da construtora possa financiar o imóvel ou que a construtora consiga financiar a obra”, explicou Bezerra.

Nesta semana, Bezerra, que é de Fortaleza (CE), está fazendo consultoria, em Manaus, sobre a nova versão do programa. Na noite desta terça-feira (28), ele palestrou para um grupo de funcionários de empresas associadas ao Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-AM), entidade responsável em dar suporte ao PBQP-H no Estado.

“Essa é uma certificação que o sindicato cobra, tanto dos organismos estaduais como municipais e até federais, que exijam essa certificação para que a gente tenha uma qualificação equilibrada entre as empresas que concorrem a obras. Tem muita empresa que não segue norma de qualidade e concorre de igual para igual com aquelas empresas que investem, que têm normatização”, afirmou o presidente da instituição, Frank Souza.

Durante o workshop ‘O PBQP-H MUDOU! Descubra as novidades do Regimento do SiAC 2018’, o consultor detalhou as mudanças da nova versão do programa, que passarão a ser exigidas a partir do próximo ano. “A versão 2018 vai ser obrigatória a partir de junho de 2019. As construtoras que passarem por certificação, auditoria de manutenção ou de certificação no primeiro semestre de 2019, ainda podem fazer na versão antiga, de 2017. As empresas que têm auditoria no segundo semestre de 2019, obrigatoriamente, serão auditadas na nova versão. Não tem como fazer na versão antiga”, explicou.

Uma das principais exigências da nova versão é a compatibilização com a ISO 9001:2015. “Algumas construtoras, com a nova versão da ISO 9001, desistiram da certificação porque a norma trata muito sobre gestão. Essas empresas que desistiram vão ter que fazer a adaptação no sistema de gestão. Então, das principais mudanças, a adaptação da ISO 9001:2015 com o PBQP-H unificará a certificação como se fosse uma norma só”, ressaltou o consultor.

De acordo com Bezerra, em média, o processo de implantação da certificação do PBQP-H dura de oito a 12 meses, mas isso depende do engajamento dos gestores. “Tem clientes que quando a direção está bem envolvida, conseguem se certificar em três meses. Já tive clientes que se certificaram em três meses, outros se certificaram em dois anos, porque cada empresa tem uma realidade diferente. Não existe uma regra. A ideia é que a direção da empresa esteja envolvida, porque a certificação sai mais rápido e ela consegue ter um resultado mais promissor”, disse.

João Luis Bezerra, que tem 20 anos de experiência no mercado e é auditor líder de Sistema Integrado de Gestão (ISO 9001 + 14001 + 18001 + PBQP-H), deve firmar parceria com o Sinduscon-AM para realizar mais palestras e treinamentos em Manaus.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mais reformas são urgentes

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 30.08.18

Caderno: Economia

Página: A6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Secretária executiva da Fazenda critica excesso de benefícios tributários oferecidos

Mais reformas são urgentes

ESTADÃO CONTEÚDO

A secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, criticou, ontem, o excesso de benefícios tributários concedidos pelo governo e também os repetidos programas de parcelamento de débitos tributários (Refis). Uma

Nos Estados Unidos, segundo a secretária, esse limite para o benefício (Simples) é pouco superior a US\$ 100 mil anuais

das maiores fontes de renúncia do governo, o Simples Nacional, regime que unifica e reduz a cobrança de tributos para micros e pequenas empresas, também foi alvo da secretária, para quem o programa abarca empresas que não precisam de proteção do governo para se desenvolver.

“Alguns benefícios acabaram alcançando setores mais altos do extrato de renda. O Simples, por exemplo, alcança limite de faturamento muito maior que



Ana Paula Vescovi criticou o alcance do Simples Nacional para empresas que não precisam

qualquer outro referencial internacional. O limite é R\$ 3,6 milhões anuais. Isso não é micro e pequena empresa”, disse Ana Paula em debate sobre ICMS no setor de combustíveis promovido pelo jornal Correio Braziliense.

Nos Estados Unidos, segundo a secretária, esse limite para o benefício é pouco superior a US\$ 100 mil anuais, assim como em países da Europa. No Brasil, esse valor se aproxima de US\$

1 milhão. “Escapou muito do objetivo de proteger empresas nascentes ou em pouca escala”, afirmou.

Ana Paula disse ainda que o excesso de benefícios tributários concedidos pelo governo é um problema decorrente do discurso de que, já que não há reformas, é preciso compensar as empresas de alguma forma para que elas possam competir no mercado internacional. “Os gastos tributários chegaram

a 4,5% do PIB; há dez anos eram 2% do PIB. Países ricos não fazem isso, nós fazemos”, criticou.

A secretária ainda disparou contra o excesso de programas de Refis, pois isso prejudica a arrecadação corrente de tributos. “Toda vez que a gente abre um Refis, damos sinalização aos contribuintes para esperar (para pagar). Quem não paga em dia acaba tendo vantagem ante quem paga”, disse.

Em relação ao setor de combustíveis, Ana Paula afirmou que as políticas de preços do setor são “base” para a cobrança de impostos e criticou a concentração no setor. “Muitos defendem concorrência, mas poucos gostam de correr risco e competir”, disse. “Precisamos investir na competição no setor de refino”, acrescentou.

Diante de uma plateia formada por representantes estaduais, a secretária disse ainda que a proposta de repasse de R\$ 39 bilhões por ano para os Estados por causa da Lei Kandir (que compensa os governos regionais pela desoneração de ICMS nas exportações) foi feita “sem nenhum respaldo técnico”. “Se isso for feito, haverá agravamento da crise fiscal e perda da capacidade de crescimento”, disse.

Por outro lado, a secretária reconheceu que há problemas no relacionamento federativo trazidos pela própria União. “É recorrente a aprovação de leis federais que implicam aumentos de gastos para entes subnacionais”, disse, sem fazer menção direta a uma lei específica. O aumento salarial para os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), acertado já com o presidente Michel Temer, gerará efeito cascata sobre os Estados e deve ter o projeto de lei enviado em breve para o Congresso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Vendas e lançamentos de imóveis crescem em junho e fecham semestre em alta

Veículo: TERRA

Data: 28.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.istoedinheiro.com.br/vendas-e-lancamentos-de-imoveis-crescem-em-junho-e-fecham-semester-em-alta/>

ECONOMIA

Vendas e lançamentos de imóveis crescem em junho e fecham semestre em alta

Estadão Conteúdo

© 28/08/18 - 14h31 - Atualizado em 28/08/18 - 14h40

As vendas e os lançamentos de imóveis cresceram em junho no País e fecharam o primeiro semestre em alta, de acordo com pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) feita em parceria com a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc).

As vendas líquidas (já descontados os distratos) de imóveis novos em junho totalizaram 7.435 unidades, uma alta de 3,3% em relação ao mesmo mês do ano passado. Nos primeiros seis meses do ano, as vendas líquidas totalizaram 41.202 unidades, expansão de 28,5%.

O crescimento no mês foi puxado pelo segmento popular, com imóveis enquadrados no Minha Casa Minha Vida (vendas de 6.436 unidades, alta de 25,0%), enquanto o segmento de imóveis de médio e alto padrão mostrou recuo (vendas de 1.804 unidades, queda de 16,0%).

Já os lançamentos no mês de junho totalizaram 12.712 unidades, alta de 38% na comparação anual. Nos primeiros seis meses do ano, os lançamentos totalizaram 40.360 unidades, aumento de 32,2%.

O crescimento no mês foi puxado pela recuperação dos projetos de médio e alto padrão (alta de 20,2%, para 1.873 unidades lançadas), enquanto os empreendimentos do Minha Casa Minha Vida encolheram (queda de 4,1%, para 7.282 unidades).

A pesquisa de Abrainc e Fipe também mostrou que os distratos consolidados totalizaram 2.034 casos em junho, queda de 28,3% na comparação anual. Já no semestre, chegaram a 14.036 unidades, baixa de 20,8%.

No fim de junho, o mercado imobiliário contava com 121.286 unidades novas disponíveis para venda, montante 1,3% maior do que o registrado um ano antes. Considerando o ritmo atual de vendas, seriam necessários 14,8 meses para liquidar esse estoque.

Os dados da pesquisa abrangem imóveis novos (na planta, em obras e recém-construídos) dos segmentos residencial, comercial e loteamentos, desenvolvidos por 20 empresas associadas à Abrainc, com atuação espalhada pelo País e concentração na Região Sudeste.

Mais notícias

CBIC

[CBIC Hoje NEWSLETTER 29/08/2018 / EDIÇÃO 6141](#)

Valor Econômico

[Setor imobiliário espera manutenção do Minha Casa, Minha Vida.](#)

Segs

[Expansão do mercado imobiliário de luxo impulsiona crescimento da construção](#)

Estadão

[Por que fundo imobiliário pode ser boa opção nesse momento](#)

AGENDA

SETEMBRO

20 – I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura



I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Objetivo: apresentar aos profissionais de engenharia e arquitetura que atuam na elaboração de projetos, execução de obras, tecnologias industriais e agrícolas a questão social e ambiental, bem como suas certificações.

- DIA: 20.09 ÀS 19:00
- LOCAL: AUDITÓRIO CETAM - DOM PEDRO I - MANAUS - AM
- FACILITADOR: SR. TAKASHI YAMAUCHI (MEMBRO ISO E ABNT)

PARTICIPE É GRATUITO!

PATROCÍNIO

+Babbel

REALIZAÇÃO

apoibrasil | SMISA DA AMAZONIA

APOIO

SINDUSCON-AM | CAU/AM | ABEA | CREA-AM

